

Ensino de geografia e políticas curriculares no Brasil

Apresentação

Tendo em vista as mudanças nas políticas educacionais ocorridas no Brasil, principalmente nos últimos cinco anos, com impactos sobre a escola pública, a formação de professores, os currículos e a disciplina geografia, a proposta da seção temática “Educação Geográfica”, nesta edição da Revista da ANPEGE, é construir um espaço de diálogo e reflexão, buscando problematizar os impactos de tais mudanças na educação pública brasileira, com especial destaque para o ensino de geografia.

O conjunto de artigos que compõem esta coletânea versa sobre as mais diferentes perspectivas acerca das atuais políticas educacionais. Trata de temas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos ensinos fundamental e médio, a reforma do ensino médio, a formação de professores e o Programa Nacional do Livro Didático, abordando-os com ampla diversidade de concepções teórico-metodológicas, demonstrando a consolidação das pesquisas no campo do ensino de geografia. Em um cenário como o atual, marcado por cortes de investimentos em educação, ciência e tecnologia, por censura às ciências humanas e por outros retrocessos, é fundamental que os professores-pesquisadores do ensino de geografia enfrentem o debate público de forma qualificada, disputando as narrativas sobre o atual cenário político do Brasil e do mundo.

Por isso, nos diferentes textos desta publicação, questões centrais são trazidas à tona, refletindo a relação potente e dialética entre a geografia escolar e a geografia acadêmica. Quais são as perspectivas para se pensar a educação geográfica, nesse contexto? Como avaliar os impactos da reforma do ensino médio, com a retirada do componente curricular geografia? Quais serão os desafios em sala de aula a partir da implementação da BNCC? Como pensar a formação de professores com essas mudanças? Estas e outras questões estão no centro do debate apresentado na seção temática, e nos permitem refletir sobre o papel que a geografia, como ciência e disciplina escolar, tem na educação básica atual, uma vez que as ciências humanas têm sofrido diversos ataques em relação ao seu papel na sociedade contemporânea pelo próprio governo federal.

Em nossa perspectiva, defender a geografia como disciplina escolar pressupõe reconhecer os sentidos que ela assume na formação dos sujeitos e em sua atuação no mundo contemporâneo. Não há mais lugar para uma mera defesa corporativista do ensino de geografia. Se a geografia deve permanecer na educação básica é por seu valor como uma forma de humanismo moderno, nos termos propostos por Pierre Monbeig, em 1954.

Em um mundo cada vez mais marcado por processos que se realizam em diferentes escalas espaço-temporais, simultaneamente (expressas, por exemplo, no funcionamento dos aplicativos de celulares), e no qual a geografia se espraia pela vida cotidiana, é imprescindível construir raciocínios geográficos cada vez mais complexos. Conectadas em redes, monopolizadas por grupos transnacionais, as geografias que permeiam as nossas vidas cotidianas revelam a ausência-presença do mundo no lugar e nos desafiam, como docentes e discentes, a revelar a potência da geografia como um saber estratégico e fundamental para ler, compreender e transformar o mundo.

Assim, na atualidade, entender a função do ensino de geografia é pensá-la a partir de um movimento que possibilite aos discentes reconhecerem as geografias que constroem cotidianamente, tomando consciência de que também são sujeitos *do* e *no* espaço. Este processo se dá na medida em que o professor organiza e estrutura a aula, levando em consideração os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos, bem como a sua própria geografia e a da escola. Nesses termos, não é possível ensinar geografia sem assumir a docência como compromisso político, ético e técnico – dimensões indissociáveis –, como demonstram as pesquisas acerca de experiências recentes de formação docente (sendo o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)* a mais expressiva destas), tratadas em diferentes artigos desta coletânea.

Portanto, apesar dos retrocessos vividos nas políticas educacionais recentes, o conjunto de artigos desta coletânea, ao fazer a crítica do presente, aponta importantes caminhos para o futuro. Assentados na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, de um ensino de geografia crítico, reflexivo e significativo e de uma formação docente que coloque em diálogo os sujeitos da escola e da universidade, os autores e autoras desta seção contribuem para a consolidação de um fazer científico politicamente comprometido, em consonância com a trajetória da ANPEGE.

Desejamos que desfrutem da leitura e das reflexões aqui apresentadas!

Ana Claudia Ramos Sacramento

Eduardo Donizeti Giroto

Editores da Seção Temática